



**ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASTELO
BRANCO E A JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO BRANCO, PARA APOIO AO
EVENTO “DIA DOS SINOS/EDIÇÃO 2024”**

O **Município de Castelo Branco**, NIPC 501 143 530, com sede na Praça do Município 6000-458 Castelo Branco, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Leopoldo Martins Rodrigues, com poderes para o ato conforme deliberação do Órgão Executivo datada de ___ de _____ de 202_, na qualidade de Primeiro Outorgante.

E

A **Junta de Freguesia de Castelo Branco**, com o NIPC 506 848 930, com sede no Largo do Espírito Santo, nº 41 e 42, em Castelo Branco, representada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias dos Santos Pires, com poderes para o ato, na qualidade de Segundo Outorgante.

O presente Acordo é lavrado pelo Oficial Público, designado por despacho do Presidente da Câmara, com o n.º 28/2024, datado de 26 de fevereiro de 2024.

Considerando que:

A Junta de Freguesia de Castelo Branco levou a efeito o evento “Dia dos Sinos/Edição 2024” no dia 9 de novembro de 2024;

Para tal, a Junta de Freguesia solicita um apoio para suportar as despesas com tal evento;

O Município de Castelo Branco, nos termos do nº 1 e da alínea e), do nº 2, do art.º 23º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/9, tem por atribuições a promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações, designadamente, no domínio do património e cultura;

Neste âmbito, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social e educativa de interesse para o Município “cfr. alíneas o) e u), do nº1, do artº 33, do sobredito Regime Jurídico”;



e

À Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações, cfr. alínea j), do nº 1, do artº 25º, do mesmo Regime Jurídico.

É celebrado, ao abrigo da alínea u), do nº 1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12/9, o presente Acordo de Colaboração, que se rege pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objeto)

O presente acordo estabelece a forma de colaboração entre os Outorgantes na concretização do evento “Dia dos Sinos/Edição 2024”.

Cláusula Segunda (Comparticipação Financeira)

O primeiro outorgante atribui ao segundo outorgante uma participação financeira, no montante global de € 6.000,00 (seis mil euros), a ser paga nos 30 dias, após o envio das respetivas faturas devidamente confirmadas e assinadas pelo 2º outorgante.

Cláusula Terceira (Obrigações do Primeiro Outorgante)

Para a prossecução do objeto do presente Acordo, o Município obriga-se a:

- a. Colaborar e prestar apoio técnico solicitado pelo Segundo Outorgante, no âmbito do desenvolvimento da participação no evento e da representação da Junta de Freguesia;
- b. Assegurar, sob sua responsabilidade, as condições técnicas necessárias para a realização plena do evento.

Cláusula Quarta (Obrigações do Segundo Outorgante)

Para a prossecução do objeto do presente Acordo, a Junta de Freguesia obriga-se a:

- a. Dinamizar no âmbito do seu espaço geográfico a organização, promoção e desenvolvimento da representação do evento “Dia dos Sinos/Edição 2024”;
- b. Apoiar nos custos materiais e outros, necessários à preparação e participação;
- c. Cooperar com o Município no desenvolvimento do evento “Dia dos Sinos/Edição 2024”, bem como colaborar em tudo o que lhe seja solicitado;



- d. Remeter ao Município as respetivas faturas, que serão pagas 30 dias após o seu recebimento;
- e. Aceitar o acompanhamento e controlo de execução do presente Acordo, por parte do Município, facultando-lhe para o efeito, quando tal lhe seja solicitado, todos os esclarecimentos.

Cláusula Quinta
(Acompanhamento, Controlo e Gestão de execução do Acordo)

O acompanhamento, controlo e gestão de execução do presente Acordo são feitos pelo Município, através do colaborador _____.

Cláusula Sexta
(Incumprimento, Resolução e Sanção)

O incumprimento pelo segundo outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Acordo, constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do primeiro outorgante, mediante notificação escrita, implica a devolução dos montantes recebidos e constitui impedimento para a apresentação de pedido de apoio num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

Cláusula Sétima
(Vigência)

O presente Acordo produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Cláusula Oitava
(Cabimento e compromisso)

1 - O presente Acordo ainda não produziu qualquer tipo de efeitos quer materiais, quer financeiros e os seus encargos têm cabimento no orçamento do ano de 2024 sob o número _____.

2 – É atribuído ao Acordo o número sequencial de compromisso ___ de 2024, obrigatório nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março.

Cláusula Nona
(Deliberação dos Órgãos)

No âmbito da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

1 – O presente Acordo foi autorizado mediante proposta da Junta de Freguesia, no exercício da competência da alínea j) do nº 1 do artigo 16º, cuja reunião foi realizada em ___ de _____ de dois mil e vinte e ___ e autorizado em sessão da Assembleia de Freguesia, no



uso da competência prevista na alínea g) do nº 1 do artigo 9º, realizada em ___ de _____ de dois mil e vinte e ____.

2 – O presente Acordo foi autorizado por deliberação do Órgão Executivo, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, cuja reunião foi realizada em ___ de _____ de dois mil e vinte e ____ e deliberado em sessão da Assembleia Municipal, realizada em ___ de _____ de dois mil e vinte e ____, ao abrigo do disposto na alínea K), do nº 1 do artigo 25º.

O presente Acordo, feito em duplicado, foi lido e explicado o seu conteúdo na presença simultânea de ambos os outorgantes, que depois de declararem conhecer perfeitamente os seus efeitos o vão assinar.

Castelo Branco, ___ de _____ de 202_

O Primeiro Outorgante,

Dr. Leopoldo Martins Rodrigues
(Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco)

O Segundo Outorgante,

Dr. José Dias dos Santos Pires
(Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)

O Oficial Público,

(Drª Maria de Fátima da Silva Martins dos Santos)